Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Brasília - DF. 18 e 19 de novembro de 2026

Contribuições da Articulação de Esquerda para a Análise da Conjuntura e os desafios do quarto governo Lula para a Educação



As eleições de 2026 foram marcadas por uma disputa de projetos de sociedade, representada, de um lado, pela extrema direita, que representaria um retrocesso profundo em direitos conquistados, e, do outro, pelo projeto que representava a continuidade da garantia da democracia, da soberania do país, em seguir avançando em direitos e conquistas da classe trabalhadora e, no caso específico da educação. Ao término do primeiro turno, sai na frente o projeto que representava o bolsonarismo, o retrocesso e o ódio. O resultado das urnas no 1º turno nos enviou vários sinais: o frágil diálogo do governo com as demandas urgentes do povo brasileiro descontente com as insuficiências do governo do Lula 3; a força das fake news e das Big Techs; mas também o avanço da extrema direita sobre o Congresso Nacional, engolindo o Centrão.

Apesar das debilidades dos movimentos sociais, o povo brasileiro, especialmente jovens, mulheres, pobres, negros, percebeu o perigo que rondava a garantia da sua sobrevivência e a sua expectativa de futuro. Diante desse cenário, iniciou-se uma ampla mobilização popular em defesa da democracia e do projeto popular numa campanha nacional pelo "vira-votos". A juventude brasileira iniciou um bonito movimento de ocupação das ruas, seguido pelos movimentos sociais e sindicais que construíram grandes mobilizações em todas as regiões do país.

Paralelamente, houve a ocupação das redes sociais para desconstruir as fakes news, o discurso de ódio de classe, bem como o desmonte do Estado brasileiro. O movimento "Exército de Lula" foi uma das formas organizadas de ocupação das redes na defesa do projeto representado pela reeleição de Lula. As ruas e as redes viraram o jogo e garantiram a vitória da democracia e da soberania com mais de quatro milhões de votos de diferença. Demonstrou-se assim que redes e ruas não são incompatíveis; são complementares. E que esse é o caminho para derrotar a extrema direita e o neoliberalismo.

O impacto da vitória heroica de Lula e do povo brasileiro teve forte impacto internacional sobre os povos em luta em diversos países da Europa, na Argentina e nas eleições dos EUA com a derrota inequívoca de Trump e o bem-vindo crescimento dos socialistas democráticos com pauta das lutas por direitos, trabalho e cidadania. Portanto, nossa vitória abre janelas e possibilidades locais e mundiais de mudanças na atual correlação de forças.

Passado o sentimento de profunda alegria e as comemora-

ções pela vitória do projeto democrático e popular através da reeleição de Lula, é hora de construir e disputar o projeto que defendemos para o País. No caso da educação, é fundamental destacar que o terceiro governo Lula ficou muito distante da expectativa de que representasse um projeto popular e democrático; manteve uma linha de diálogo e de interferência permanente na política do Ministério da Educação de setores do empresariado, tendo a Fundação Leman como uma das maiores responsáveis pelo projeto de educação. As medidas adotadas no âmbito do MEC foram muito limitadas e insuficientes para garantir efetivamente uma educação de qualidade para todas as pessoas. Como o próprio Lula afirmou por várias vezes que a mobilização popular em defesa da sua eleição exigia dele uma nova forma de governar, como temos pleno acordo, apontamos a partir de agora medidas que precisam ser adotadas pelo quarto governo Lula para que atenda aos desafios da garantia de uma educação pública e de qualidade social:

1- É preciso ouvir quem representa os trabalhadores e trabalhadores de educação:

Durante o terceiro governo Lula houve uma ausência de diálogo permanente com a CNTE- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. A política do MEC teve como principal interlocutor as empresas privadas. Mesmo a Confederação tendo emitido várias notas colocando suas posições acerca de várias políticas no MEC, a entidade não foi ouvida. Nesse quarto mandato, a primeira mudança que precisa ocorrer é com quem o governo vai estar discutindo as políticas da educação básica e superior. É urgente ouvir as demandas de quem conhece a realidade das escolas brasileiras e seus desafios. Assim, o 2º turno já nos indicou o caminho: a CNTE, suas afiliadas, e o conjunto do movimento sindical e social, devem ampliar a pressão nas ruas em prol do projeto de nação e de educação dos trabalhadores.

2 - Enfrentamento à privatização e à mercantilização da educação

Outro desafio importante para o quarto governo Lula é conter o avanço da privatização da educação pública e impedir que ela seja tratada como um negócio. Esse processo se manifesta na ampliação das parcerias público-privadas, na entrega da gestão das escolas a organizações privadas e na entrada das Organizações Sociais na administração das instituições públicas de ensino. Também se expressa na crescente presença de empresas que oferecem produtos, serviços, consultorias e plataformas digitais, transformando a educação em um mercado cada vez mais voltado aos interesses empresariais e à obtenção de lucros.

É fundamental que o governo reafirme o papel do Estado como responsável pela oferta, pelo financiamento e pela gestão da educação pública, garantindo que os recursos públicos sejam destinados prioritariamente às instituições públicas, respeitadas as exceções previstas na Constituição. Também é preciso assegurar a autonomia das escolas e dos profissionais da educação na construção de seus projetos pedagógicos, sem a interferência e o controle dos interesses privados. Afinal, a educação é um direito de todos e uma responsabilidade do Estado, não um negócio a ser explorado pelo mercado.

3- Valorização dos Profissionais da Educação.

Foi no segundo governo Lula, em 2008, que foi sancionada a Lei do Piso Salarial Nacional para as educadoras e educadores. Sem sombra de dúvidas, foi uma importante medida para melhorar a remuneração das professoras e professores que, até então, em alguns estados e municípios, era baixíssima. Todavia, a política da valorização docente está pautada em dois pilares: Piso e Carreira. Ao longo dos anos, a política de não garantir a atualização do Piso, estendida a uma carreira digna, levou a um cenário em que o Piso se transformou em Teto e as carreiras foram literalmente destruídas. No terceiro governo de Lula, atendendo a uma exigência do Plano Nacional de Educação, foi instituído o Fórum no MEC para debater a valorização docente, composto por representantes do MEC, da Undime, do CONSED e do CNTE. Após três anos de reuniões e discussões de um Projeto de Lei que tinha como objetivo debater a Lei do Piso Salarial Nacional e diretrizes de carreira, terminamos o ano de 2025 com um retrocesso profundo. Todas as discussões feitas foram engavetadas e apenas a alteração do índice da atualização do Piso Salarial Nacional (artigo 5º da Lei) foi alterada por decreto e depois aprovada em lei. Logo, temos como desafio para o quarto governo Lula a implementação de uma política que garanta a valorização de fato dos profissionais do magistério. É central também o fortalecimento dos funcionários de escola em luta pela conquista histórica do Piso Nacional através da Lei 2531, passo importante para a recomposição salarial, a afirmação das suas carreiras e a reversão do intenso processo de terceirização em várias redes públicas de ensino.

4- Financiamento da educação:

Esse é o tema central para construir mudanças estruturais na defesa da educação pública. Desde o Plano Nacional de 2010, que vigorou até 2024, que já tinha como meta atingir 10% do PIB para a educação. A política de cortes sofrida durante o governo Bolsonaro, que afetou a educação superior e a educação básica, provocou um retrocesso no financiamento da educação. No terceiro governo Lula, apesar de políticas importantes como o Pé-de-Meia, a política do arcabouço fiscal não permitiu que o financiamento da

educação saísse dos patamares de 5%. O Plano Nacional de Educação sancionado em 2026 traz novamente a meta de atingir os 10% do PIB; todavia, não basta estar escrito; é necessário que se construam as condições necessárias para que haja, realmente, mais financiamento para a educação. Já que, caso essa meta não seja atendida, todas as outras se tornam impossíveis de serem implementadas.

Para piorar o cenário, a proposta de Projeto de Lei em discussão no Congresso Nacional prevê um ajuste fiscal com a redução de até R$ 80 bilhões em gastos públicos. Para alcançar essa meta, a medida pretende cortar recursos complementares destinados ao reajuste dos pisos constitucionais da educação e da saúde, o que, na prática, representa uma interferência no financiamento mínimo garantido constitucionalmente a essas áreas.

Compreendemos que, caso esse Projeto de Lei representa um retrocesso profundo na política de investimentos da educação pública e na valorização dos profissionais da educação e vai na contra mão da viabilidade de atender a meta do PNE de chegar a 10% do PIB.

Nesse sentido, caberá à CNTE convocar ampla mobilização nas redes e nas ruas para pressionar deputados e senadores a não aprovar e mais um ajuste fiscal que terá como alvo a Política de financiamento da educação pública.

5 - Redução dos juros, fim da independência do banco central e investimento no desenvolvimento nacional

A disputa pelo financiamento da educação não pode estar dissociada da política econômica adotada pelo país. As elevadas taxas de juros praticadas no Brasil representam um obstáculo ao desenvolvimento nacional, à ampliação dos investimentos produtivos e à garantia dos direitos sociais. A manutenção de juros elevados encarece o crédito para famílias e empresas, desestimula investimentos, restringe a atividade econômica e aumenta os encargos financeiros da dívida pública. Essa política contribui para limitar a capacidade do Estado de ampliar investimentos em áreas fundamentais para o desenvolvimento do país, como educação, saúde, ciência, tecnologia, infraestrutura e políticas sociais. Não é possível defender a ampliação dos investimentos públicos em educação, alcançar a meta de 10% do PIB prevista no Plano Nacional de Educação e, ao mesmo tempo, ignorar os efeitos da política monetária sobre o orçamento público e as possibilidades de desenvolvimento econômico e social. A Articulação de Esquerda compreende que a política monetária deve estar articulada a um projeto nacional de desenvolvimento, subordinada aos interesses públicos e às necessidades da população, e não aos interesses do rentismo e do sistema financeiro. Nesse sentido, defendemos a redução consistente das taxas de juros, a revisão da política monetária restritiva e o fim da independência institucional do Banco Central, estabelecida pela Lei Complementar nº 179/2021. É necessário recuperar a capacidade de coordenação democrática da política monetária pelo governo eleito, articulando o controle da inflação com a geração de empregos, o crescimento econômico, a ampliação dos investimentos públicos e a redução das desigualdades sociais. A defesa da educação pública de qualidade social exige, portanto, disputar não apenas o orçamento do Ministério da Educação, mas também os rumos da política econômica brasileira. A redução dos juros e a democratização das decisões sobre a política monetária são partes fundamentais da luta por um projeto de desenvolvimento soberano, que coloque os recursos nacionais a serviço das necessidades da população e dos direitos da classe trabalhadora.

6- A garantia do acesso e da permanência para assegurar o direito à educação

A garantia do acesso precisa ser seguida da garantia da permanência. Entretanto, no terceiro governo de Lula, a política do MEC foi de implementação e apoio aos projetos construídos pelas fundações privadas para a educação básica: privatização da educação com a compra de pacotes; ausência de tensionamento a terceirização; imposição da plataformização; e valorização dos testes em conflito com a garantia do currículo escolar, negando o efetivo trabalho escolar previsto no artigo 24 da LDB. Neste sentido, o direito à educação foi negado para atender ao projeto empresarial da educação. Para enfrentar esse desafio, faz-se necessário implementar com efeito o Sistema Nacional de Educação, fortalecendo o regime de colaboração e de responsabilidades entre os entes federados para que todas as escolas tenham as condições necessárias para garantir o ensino e a aprendizagem independentemente do lugar onde estejam. Outro assunto que requer atenção no tocante à garantia do ensino e da aprendizagem passa pela implementação das Escolas de tempo integral, que foi uma bandeira do terceiro governo Lula. Não adianta colocar as crianças e adolescentes mais tempo na escola, se essas escolas não estão estruturadas e com Projeto Pedagógico que garantam de fato uma educação integral em tempo integral. Mais tempo na escola não resolve o problema. Independentemente da escola ser de tempo parcial ou integral, ela precisa garantir as condições estruturais e humanas que garantam a aprendizagem e a aprovação.

7 - A inclusão como direito

O direito à inclusão tem sido tema recorrente e várias medidas legais foram adotadas para a sua garantia. Mais uma vez, a inclusão das pessoas com deficiência e neurodivergentes nas escolas públicas não se trata apenas de uma questão de regulamentação, mas da garantia das condições para o acesso e permanência tanto na estrutura quanto nos profissionais

que atendam às especificidades. E esse é mais um desafio que temos para garantir de certo que as escolas sejam inclusivas.

8 - Educação Digital

Em tempos do avanço da cultura digital, do uso das inovações tecnológicas na educação e dos desafios éticos, pedagógicos e cognitivos que a incorporação da Inteligência Artificial instaura no cotidiano das instituições educativas, é fundamental estabelecer princípios para que essas ferramentas pedagógicas sejam reguladas e estejam a serviço da redução das desigualdades educacionais, da mediação docente no processo ensino-aprendizagem, da melhoria das condições de trabalho e da valorização dos profissionais da educação e, sobretudo, da construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Neste sentido, é essencial que o MEC e os governos estabeleçam marcos normativos, regulatórios e de controle, que assegurem a autonomia docente no uso das ferramentas digitais, com provisão de formação inicial e continuada, infraestrutura adequada, vigilância sobre a alienação do trabalho pedagógico, e políticas públicas de cuidado e proteção à saúde mental vulnerabilizada pela sobrecarga de trabalho e a vigilância punitiva que os comandos das plataformas digitais impingem sobre o trabalho dos professores.

9 - Condições de trabalho e saúde dos profissionais da educação

Outro desafio fundamental para o quarto governo Lula é construir uma política nacional de valorização das condições de trabalho e de promoção da saúde dos profissionais da educação. O adoecimento físico e mental dos trabalhadores tem se agravado diante da sobrecarga de trabalho, das exigências burocráticas, da pressão por resultados e de práticas autoritárias de gestão que, muitas vezes, se traduzem em assédio moral e desrespeito à autonomia profissional. É necessário garantir condições dignas de trabalho, com número adequado de estudantes por turma, infraestrutura física adequada, profissionais de apoio e equipes multiprofissionais que contribuam para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Além disso, o Estado precisa assumir a responsabilidade pela implementação de políticas permanentes de prevenção, promoção e acompanhamento da saúde dos trabalhadores da educação. Não é possível falar em valorização profissional e qualidade da educação pública sem enfrentar as condições que provocam o adoecimento de quem está diariamente nas escolas garantindo o direito à educação.

10 - Considerações inacabadas

O quarto governo Lula não pode representar apenas a continuidade das políticas educacionais já existentes, mas precisa inaugurar uma nova etapa de fortalecimento da educação pública brasileira. Isso exige romper com a influência dos interesses empresariais na definição das políticas educacionais, enfrentar a lógica de austeridade fiscal, garantir a valorização dos profissionais e democratizar as decisões sobre os rumos da educação. Essa mudança não será resultado apenas da vontade do governo. Será fruto da organização e da pressão dos trabalhadores, dos movimentos sociais e da sociedade comprometida com a defesa da educação pública.

É preciso deixar muito explícito que o desafio do quarto governo Lula não é apenas melhorar as políticas educacionais existentes, mas mudar a direção política dessas políticas, enfrentando a hegemonia empresarial e recolocando a educação pública, os trabalhadores e a formação humana no centro do projeto educacional brasileiro.

Por fim, são inúmeras as demandas que temos pela frente para construir no quarto governo Lula e temos certeza de que elas não acontecerão se não houver forte mobilização nas ruas para que de fato possamos dar início a mudanças estruturais da educação e que daqui a dez anos o atual Plano Nacional de Educação deixe de ser um documento de intenções e se torne efetivamente política pública que chegue a todas as regiões do País.

www.pagina13.org.br facebook.com/jornalpagina13 instagram.com/pagina13pt/
http://bit.ly/2OCLfGn https://t.me/BoletimPagina13

Expediente

Publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. **Direção Nacional da AE:** Adriana Souza (MG), Ana Affonso (RS), Ana Flávia (RN), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (DF), Eliane Bandeira (RN), Fátima Lima (RJ), Gleice Jane (MS), Hilton Faria da Silva (TO), Humberto Amaducci (MS), Ivonete Alves (SE), Jandyra Uehara (SP), Júlio Quadros (RS), Leirson Azevedo (PA), Luiz Boneti (RS), Marcos Jakoby (RS), Múcio Magalhães (PE), Natália Sena (RN), Patrick Campos (PE), Suelen Aires Gonçalves (RS), Valter Pomar (SP), Wilma dos Reis (DF). **Comissão de ética:** Jonatas Moreth (DF), Sophia Mata (RN), Isabel Costa (RJ), Pere Petit (PA).
Edição: Valter Pomar e Emilio Font. **Contato:** redacao@pagina13.org.br